



Câmara Municipal de Mêda

Ata Número 14

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mêda

Realizada no dia oito de maio de dois mil e vinte e seis

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, realizou-se a Reunião Ordinária do Executivo Municipal, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor António César Valente Figueiredo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mêda. Estiveram presentes, pela coligação AD-PSD/CDS, a Senhora Vereadora Carla Sofia Silva Sequeira e o Senhor Vereador Carlos Alberto Batoco Montês. Igualmente estiveram presentes os Senhores Vereadores Anselmo Antunes de Sousa e Carlos Bruno Fial Pereira, eleitos pelo Partido Socialista (PS). -----  
A Reunião, foi secretariada pela Assistente Técnica desta Autarquia, Letícia Lopes Almeida. -----  
Verificada a existência de “quórum”, foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**Ponto 1** - Análise e aprovação da Ata número 13 de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis, da Reunião Ordinária da Câmara Municipal; **Ponto 2** – Relatório Anual da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (previstos no artigo 6.º N.º 4 do Decreto-Lei n.º 109-F/2021, na sua atual redação); **Ponto 3** – Análises e aprovação da proposta das normas do 9.º Estágio de Verão 2026 – Orquestra de Sopros, Sinfónica e Coro; **Ponto 4** – Pedido de aprovação do parecer prévio vinculativo - Aquisição de serviços para o desempenho do conteúdo funcional próprio de um assistente operacional (limpeza urbana, manutenção de vias públicas, manutenção e conservação de edifícios municipais e apoio operacional e logístico a eventos e atividades promovidas pelo Município), em regime de contrato de avença; **Ponto 5** - Pedido de aprovação do parecer prévio vinculativo - Aquisição de serviços para o desempenho do conteúdo funcional próprio de um assistente operacional, na área de serviços gerais de limpeza, em regime de contrato de avença; **Ponto 6** - Análises e aprovação do Auto de medição n.º 2 - Casa da Cidadania – Reabilitação de Espaços de Desenvolvimento Municipal – Serviços Técnicos; **Ponto 7** - Alteração da licença de táxi nº 08, para licença de táxi de veículo isento de distintivo Proposta 44/2026; **Ponto 8** - Empreitada de Reparação / Requalificação da Escola do 2.º e 3.º Ciclos e Secundária de Mêda - Aprovação de Trabalhos Complementares;

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; -----

Situação financeira – Conhecimento; -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida referiu que, pretendia apenas transmitir duas ou três situações em que esteve presente, também para conhecimento. Informou que esteve numa reunião com o Senhor Ministro da Educação, referiu que, o mais importante era transmitir aquilo que tinha sido comunicado, nomeadamente que o que a escola tinha ao nível do PRR estava garantido em termos de financiamento, bem como a sua execução até 31 de agosto. Acrescentou que, caso não houvesse a execução total dos trabalhos, não seriam perdidos os montantes já investidos, estando prevista a passagem direta para uma linha que, em princípio, seria a linha que estava



*Almeida*

ainda a ser definida. Indicou que essa garantia tinha sido dada, embora tal não significasse abrandar o ritmo dos trabalhos, referindo que se iria continuar com o mesmo empenho, informou ainda que tinha tido uma reunião de obra com o empreiteiro para dar andamento às obras. Relativamente às limitações existentes, explicou que, naquele momento, a principal dificuldade era a matéria-prima. Referiu que as obras estavam muito dependentes da chegada de materiais, dando como exemplo da lã de vidro para isolamento, cujo prazo de entrega se encontrava entre 8 a 12 semanas, apesar de já ter sido encomendado semanas antes. Acrescentou que aquilo que anteriormente se encontrava facilmente no mercado enfrentava agora constrangimentos. No entanto, quis deixar registado que, apesar de a obra estar naquele momento financiada pelo PRR e a sua execução enquadrada nesse programa, o Senhor Ministro tinha transmitido confiança. Referiu ainda que, embora não tivesse sido uma garantia por escrito, considerava que a palavra do Ministro tinha valor. Referiu ainda que essa informação tinha sido transmitida perante todos os Presidentes de Câmara que se encontravam na mesma situação, tendo sido garantida a transição pacífica, do ponto de vista contabilístico, relativamente aos investimentos que não viessem a ser executados até ao final do PRR. Explicou que existia uma situação que seria apresentada na próxima reunião de Câmara, relativa aos trabalhos complementares, incluindo o levantamento de todos esses trabalhos e também a explicação anteriormente dada em Assembleia Municipal. Indicou que o prazo de execução iria até ao final do ano, considerando que estavam reunidas condições para assegurar a execução total das obras no próximo ano letivo, esclarecendo que se referia ao ano letivo. Informou ainda que tinha falado com a Senhora Vereadora sobre a possibilidade de surgirem alguns constrangimentos ao nível da execução, uma vez que estavam a ser solicitadas frentes de obra, admitindo que poderiam existir algumas dificuldades nesse processo. Referiu que não seria possível ter a obra e as aulas a decorrer em simultâneo nos mesmos espaços. Contudo, afirmou que se iria tentar encontrar soluções dentro das possibilidades existentes, pensando sempre na melhor situação para os alunos e para os professores, mas essencialmente para os alunos, de forma a garantir condições adequadas para assegurarem as suas atividades escolares e pedagógicas, ainda que tal implicasse alguns sacrifícios, considerando importante que a Câmara, como um todo, tivesse perceção da situação e que posteriormente existisse também uma voz comum, tendo em conta o investimento que iria ser realizado e os resultados esperados. Informou ainda que tinha procedido à assinatura do protocolo com o STAL, assunto que já tinha sido presente em reunião de Câmara, e quis deixar essa indicação aos presentes. Referiu que se confirmava a realização da iniciativa no dia 31 do corrente mês, numa fase em que decorreriam as jornadas distritais do STAL, coincidindo igualmente com o Mercado da Terra. Considerou importante essa conjugação de eventos para a valorização dos produtos locais, uma vez que haveria a possibilidade de muitos participantes e funcionários públicos poderem usufruir também do potencial gastronómico do concelho. Deu ainda conhecimento do lançamento da edição da Volta da Cova da Beira, promovida pela Associação Cova da Beira, considerando tratar-se de uma iniciativa importante. Referiu que a prova tinha, entretanto, subido de patamar, permitindo uma visibilidade diferente. Indicou que existia já uma participação direta da Nau e da TVI no suporte mediático da prova. Acrescentou que estariam presentes dois ou três corredores de âmbito internacional e informou que o início da prova teria lugar na Mêda, deixando o convite aos presentes para estarem presentes no evento no dia 22 deste mês. Informou também que tinha participado numa série de reuniões e que, inclusivamente, no dia anterior, tinha reunido com a Senhora Ministra do Ambiente para abordar a situação das águas, bem como as dívidas dos municípios. Acrescentou que nessa reunião procurou clarificar e transmitir a posição da Câmara Municipal de Mêda, salientando que o Município tinha resolvido e pago a situação na devida altura, não pretendendo agora vir a ser prejudicado. Salientou que transmitiu à Senhora Ministra que se tratava de um problema que se arrastava desde 2008-2009, tendo já passado por negociações em 2015-2019 e novamente em 2022-2023, encontrando-se, naquele momento, praticamente no mesmo ponto. Considerou que, para bem de todos, a situação deveria ficar devidamente clarificada, ainda que o Governo tivesse apontado este ano como prazo para resolução da questão, tendo referido à Senhora Ministra



46mêsquita

que, se a situação ficasse resolvida ainda durante o presente mandato, já seria bastante positivo, uma vez que a resolução dependia também da capacidade de alguns municípios conseguirem fazer face a valores consideráveis. Afirmando que, iria mantendo os presentes informados relativamente à evolução dessa situação. Referiu ainda outra situação, destacando que, naquele mesmo dia, tinha tido a oportunidade de dar início a uma atividade que considerava de máxima importância. Explicou que essa iniciativa permitia dar ferramentas às pessoas que vinham para o território, promovendo a sua inclusão no mercado de trabalho, bem como o conhecimento dos seus direitos e deveres. Salientou que foi transmitido a essas pessoas que tinham direitos, mas também deveres, a partir do momento em que vinham para o país e para o concelho, sendo, no entanto, bem-vindas. Acrescentou que, nomeadamente no setor primário, mas também noutros setores, essas pessoas eram fundamentais para assegurar a economia do próprio território. Referiu ainda que não se podia esquecer que, em tempos, foram também muitos portugueses a sair do país à procura de melhores condições de vida, sendo agora outras pessoas a procurar em Portugal essas mesmas oportunidades. Considerou, por isso, importante, enquanto Autarca e Presidente de Câmara, criar condições para a inclusão dessas pessoas, sem esquecer que, para além dos direitos, existiam igualmente deveres a cumprir. Concluiu agradecendo e dando a palavra aos Senhores Vereadores para se pronunciarem.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, começou por cumprimentar todos os presentes, nomeadamente o Senhor Presidente, Vereadores, e a técnica presente que secretaria as reuniões. Antes de mais, quis deixar uma palavra de agradecimento pela forma cordial e urbana como decorreram os últimos trabalhos da reunião. Referiu ainda que a Professora Ana tinha feito questão de transmitir que considerou a reunião bastante produtiva e que se sentiu bem recebida, considerando importante deixar esse registo. Informou também que, uma vez que não estaria presente na última reunião, pretendia aproveitar a ocasião para abordar alguns assuntos. Quis deixar uma palavra de apreço pela forma bastante digna como decorreram as comemorações do 25 de Abril no concelho, salientando que as mesmas decorreram com dignidade, sentido institucional, considerando importante deixar esse reconhecimento. Dirigiu ainda uma palavra relativamente à informação previamente transmitida pelo Senhor Presidente, referindo que, embora nem sempre gostasse apenas de criticar, também considerava importante valorizar aquilo que era bem feito. Nesse sentido, destacou a questão da integração dos migrantes, referindo tratar-se efetivamente de uma matéria à qual devia ser dada bastante atenção. Acrescentou que lhe agradava verificar que esse assunto estava a ser acompanhado, considerando que o futuro do concelho passaria muito por essa realidade. Referiu que, se o concelho pretendesse manter capacidade produtiva, iria necessitar de mão de obra e que, para isso, seria essencial garantir não apenas a integração laboral, mas também a integração cultural dos diversos migrantes que já trabalhavam no concelho. Nesse sentido, considerou positivo que a matéria estivesse a ser acompanhada. Referiu ainda que, tinha algumas notas para apresentar, começando por uma questão que lhe tinha sido transmitida por vários munícipes e que considerava pertinente trazer à reunião de Câmara. Explicou que se tratava de várias queixas relacionadas com a existência de imóveis devolutos nos centros urbanos, alguns deles já em risco de ruína ou mesmo em estado de ruína. Acrescentou que essas situações representavam ameaças ao nível da higiene urbana, bem como perigos relacionados com a queda de estruturas e também com o risco de incêndio. Acrescentou que os munícipes se queixavam de que, muitas vezes, não sabiam a quem recorrer ou onde pedir ajuda para resolver essas situações, uma vez que se tratavam frequentemente de imóveis herdados, com vários proprietários, ou em que existiam dificuldades na identificação dos mesmos. Nesse sentido, referiu não saber até que ponto a Câmara não deveria criar um regime especial para a identificação destes imóveis de risco, bem como mecanismos que permitissem desenvolver ações destinadas a minimizar o impacto e os riscos associados à existência destes imóveis devolutos nos centros urbanos, não apenas na Mêsquita, mas também nas diversas Freguesias do concelho. Referiu ainda que pretendia deixar uma nota relacionada com o mês de abril, salientando que durante esse período tinham sido



*4/medo*

assinaladas diversas efemérides. Destacou, em especial, o Dia Mundial da Saúde e o Dia Mundial dos Monumentos e Sítios, considerando que ambas as celebrações mereciam particular atenção, tendo em conta os temas e as temáticas a que diziam respeito. Referiu que, no âmbito do Dia Mundial da Saúde, considerava que o Município deveria ponderar retomar uma iniciativa que já tinha sido realizada há alguns anos, designadamente a Feira da Saúde. Explicou que, durante vários dias, eram promovidas atividades diretamente ligadas à saúde, mas também iniciativas relacionadas com a economia local associada a esse setor, através da participação de agentes, clínicas e diversos operadores económicos ligados à área. Relativamente ao Dia Mundial dos Monumentos e Sítios, considerou igualmente tratar-se de uma data importante, que merecia ser assinalada do ponto de vista da promoção do património e dos centros históricos. Nesse sentido, deixou a sugestão para que, futuramente, fosse dada maior atenção a estas duas efemérides. Referiu ainda a Volta da Cova da Beira, anteriormente mencionada pelo Senhor Presidente, recordando que o assunto já tinha sido abordado na última Assembleia Municipal. Aproveitou para tecer algumas considerações relativamente às diversas provas de ciclismo que têm decorrido no concelho, mencionando, em particular, a 14.ª Volta do Grande Prémio de Ciclismo do Jornal do Jogo. Esclareceu que não pretendia criticar nem afirmar que estas iniciativas não traziam retorno, reconhecendo que efetivamente geravam benefícios. Contudo, considerou importante que fosse feita uma análise da relação custo-benefício destas iniciativas. Referiu, a título de exemplo, que a prova do “Jornal o Jogo” tinha como parceiro mediático o referido jornal desportivo de âmbito nacional, embora salientasse que, entre os jornais desportivos nacionais, apresentava uma tiragem inferior. Acrescentou que tinha analisado essa questão e que o jornal teria uma média diária de cerca de quatro mil exemplares. Nesse contexto, questionou se era realizado algum relatório de clipping relativamente a estas atividades, ou seja, um relatório que permitisse demonstrar o impacto mediático, quer do ponto de vista da gestão de marca, quer dos benefícios mediáticos para a Mêda decorrentes da passagem da prova pelo concelho. Acrescentou ainda que, apesar dessa análise, considerava igualmente importante retomar a iniciativa da prova BTT Mêda100, assunto que também tinha sido referido em Assembleia Municipal. Considerou que essa prova diferenciava o concelho e potenciava as mais-valias do território. Referiu que essas potencialidades eram reconhecidas diariamente através da promoção de diversas atividades, como o Trail dos Bombeiros, os eventos organizados pelos Amigos de Santo Amaro e os passeios de motas, entre outras iniciativas. Sublinhou que o território apresentava fortes condições para a prática de desportos de natureza, montanhismo, ciclismo de montanha, trail, trekking e outras modalidades semelhantes. Nesse sentido, considerou pertinente voltar a trabalhar no sentido de recuperar uma prova que colocava o concelho no calendário mundial e no campeonato mundial da modalidade, trazendo igualmente impacto económico para a terra. Concluiu referindo que deixava aquelas questões para análise e agradeceu a atenção.

Tomou a palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, relativamente as questões anteriormente colocadas, referiu que o objetivo não era apenas responder, mas também dar a perceber aquilo que estava a ser desenvolvido pelo Município. Começou por abordar a questão relacionada com o “Jornal o Jogo”, referindo que era importante quantificar os impactos, mas que a análise não se podia limitar apenas à tiragem da edição em papel do jornal. Salientou que atualmente existiam plataformas digitais com grande relevância, que iam muito além da impressão em papel, estando igualmente associadas ao grupo e aos mesmos acionistas, permitindo uma divulgação mais ampla das atividades realizadas na Mêda. Acrescentou que não existia apenas a edição específica relacionada com a etapa da Volta do Jornal do Jogo que começava ou terminava no território, mas sim uma divulgação contínua proporcionada pelas plataformas digitais e pelos vários meios associados ao evento. Referiu ainda que entendia que o saldo da participação do Município nestas iniciativas tinha sido bastante positivo, recordando uma entrevista concedida ao “Jornal o Jogo”, na qual afirmou que o concelho tinha “tudo de bom”, nomeadamente gastronomia, património e pessoas. Considerou, importante utilizar todos os veículos e meios de



*Alameda*

promoção, incluindo a prática de desportos sustentáveis, como o ciclismo e outras modalidades, para dar visibilidade ao que o concelho tinha de melhor. Sublinhou que existia entendimento transversal no executivo quanto à importância de dar a conhecer o território a pessoas de fora do concelho, quer através de estadias e consumo local, quer pela possibilidade de futuras visitas por parte de quem passava pelo território através destas iniciativas. Referiu ainda que estas decisões deveriam ser tomadas de forma criteriosa, avaliando sempre a mais-valia dos eventos. Acrescentou que, de acordo com a avaliação realizada pelo executivo, o saldo era favorável, salientando que, caso futuramente se verificasse que o retorno deixava de ser positivo, existiria sempre a possibilidade de deixar de participar nesse tipo de iniciativas. Acrescentou também que um dos problemas da Mêda ao longo dos anos tinha sido a capacidade de inovar em determinados eventos e, posteriormente, deixá-los perder-se com o tempo. Por isso, considerava importante haver cautela tanto no momento de aderir aos projetos como no momento de sair deles, garantindo consistência nas opções tomadas. Relativamente à questão da Feira da Saúde, referiu que compreendia que o lançamento de um evento dedicado à saúde, face à atual problemática e ao contexto existente, pudesse ser interpretado por algumas pessoas como uma forma enganosa de abordar e defender essa causa. Ainda assim, afirmou não ter qualquer problema em assumir essa posição. Informou que tinha solicitado, com caráter de urgência, uma reunião com a Senhora Ministra da Saúde. Referiu que tinha solicitado essa reunião há cerca de uma semana e pouco, por pretender perceber concretamente aquilo que lhe tinha sido transmitido na Guarda e também o que tinha sido referido em Assembleia, querendo compreender, na prática, o que iria ser feito relativamente à saúde no território. Acrescentou que, naturalmente, era necessário pensar no país como um todo, uma vez que o concelho fazia parte dessa realidade e não existia isoladamente. Ainda assim, salientou que pretendia ter uma perceção exata da situação local e perceber de que forma poderia ser valorizada. Nesse sentido, referiu que a realização de um evento relacionado com a saúde, naquele momento, poderia ser interpretada negativamente pela população, esclarecendo tratar-se da sua perceção pessoal. Contudo, considerou que a ideia anteriormente apresentada deveria ser pensada e ponderada no futuro. Acrescentou que, caso o evento fosse realizado naquele momento, provavelmente surgiriam críticas no sentido de que, em vez de se preocuparem com feiras ou eventos ligados à saúde, deveriam antes preocupar-se com o facto de o Centro de Saúde não encerrar, considerando que essa era a principal preocupação da população. Referiu, por isso, que era necessário avaliar se um evento dessa natureza poderia unir, divulgar ou, pelo contrário, contribuir para uma maior separação e desagregação do pensamento dos cidadãos relativamente a essa matéria. Relativamente à questão dos imóveis devolutos e em risco, informou que, no mandato anterior, tinha sido criado um regulamento que permitia identificar os proprietários desses imóveis, apesar de se tratar de património de cariz privado. Explicou que esse mecanismo permitia igualmente à Câmara intervir nas situações identificadas. Nesse sentido, esclareceu que todas as situações daquela natureza deveriam ser comunicadas aos serviços de Proteção Civil, os quais, posteriormente, articulavam com os serviços urbanos, seguindo-se a intervenção da fiscalização relativamente à ocorrência. Acrescentou que, nos casos em que os proprietários não se manifestassem nem realizassem as intervenções necessárias, a própria Câmara tinha possibilidade de intervir diretamente, enviando posteriormente os custos dessas intervenções aos respetivos proprietários. Referiu ainda que, tal como tinha sido mencionado anteriormente, muitas dessas situações diziam respeito a heranças antigas, algumas com mais de cinquenta anos, em que nem sequer era possível identificar os herdeiros, tornando-se praticamente “terra de ninguém”. Ainda assim, reiterou que existia esse mecanismo de atuação a Proteção Civil e depois os serviços urbanos, permitindo o levantamento e intervenção nessas situações. Concluiu referindo que o Município já dispõe de ferramentas, mecanismos e regulamento próprios para este tipo de situações, bastando que as ocorrências sejam comunicadas e devidamente sinalizadas para que possam ser acionados os procedimentos necessários. De seguida apresentou a situação financeira do município.



PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

**Ponto 1 - Ponto 1 - Análise e aprovação da Ata número 13 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis;**

4/27/20

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar, a ata nº13 referente à reunião Ordinária de Câmara realizada no dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis, devendo a mesma ser divulgada nos meios do Município.

**Ponto 2 – Relatório Anual da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (previstos no artigo 6.º Nº 4 do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, na sua atual redação);**

Neste momento, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, deu a palavra a **Sra. Vereadora Carla Sequeira** para explicar o ponto.

Usou da palavra a **Sra. Vereadora Carla Sequeira**, referiu que, de forma breve ia apresentar o ponto, e explicou que, após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 109, passaram a existir várias obrigações legais para o Município. Explicou que, na sequência da implementação do RGPD e do canal de denúncias, surgiu agora também o RGPC, matéria que estava a ser tratada, salientando que o incumprimento dessas obrigações poderia acarretar coimas elevadas. Informou que, no final do mandato anterior, começaram a trabalhar no âmbito do RGPC, tendo sido aprovado o Código de Conduta, substituindo um anterior datado de 2020. Acrescentou que foi igualmente criado o Canal de Denúncias, aprovado o Sistema de Controlo Interno, obrigatório nos termos da legislação em vigor, bem como o plano de prevenção e infrações conexas. Explicou ainda que todos esses documentos tiveram de ser submetidos, dentro dos prazos estabelecidos, na plataforma do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), tendo essa submissão sido efetuada atempadamente. Referiu também que existia um plano de formação obrigatório, destinado a todos os colaboradores e também ao Executivo, sendo necessária a participação de todos quando o mesmo fosse concretizado. Acrescentou que todos os colaboradores tinham obrigatoriamente de realizar formação no âmbito destes instrumentos. Identificou os principais instrumentos já implementados, nomeadamente o Sistema de Controlo Interno, o Código de Conduta, o Canal de Denúncias e o plano de prevenção e infrações conexas. Manifestou que, se tratava de um assunto de extrema importância para todos, não apenas pelas coimas associadas ao eventual incumprimento, mas também pelo conhecimento e pelas diligências que tinham de ser implementadas em prol da transparência, salientando que tanto os funcionários como os membros do Executivo se deveriam pautar por esses princípios no exercício das suas funções no Município.

Tomou a palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, referiu que, estes mecanismos não deveriam ser entendidos apenas como uma obrigação formal, mas antes como instrumentos que, cada vez mais, teriam impacto direto na gestão camarária. Acrescentou que, inclusivamente do ponto de vista da aptidão dos municípios para apresentação de candidaturas e acesso a diferentes tipos de financiamento, estas medidas teriam obrigatoriamente de estar implementadas. Quis ainda valorizar a sinceridade patente no relatório apresentado, considerando que houve aspetos que foram retratados de forma transparente, sem que ninguém tivesse omitido a sua exposição. Deu como exemplo a ausência de monitorização regular, a falta de relatórios e de evidências documentais, bem como o impacto que o processo de reorganização dos serviços teve ao nível do cumprimento de diversos parâmetros relacionados com as evidências exigidas. Sobre essa matéria, considerou que aquele momento deveria ser encarado, acima de tudo, como um ponto de partida, não apenas no âmbito da estratégia de prevenção da corrupção, mas também na



*Handwritten signature and the name 'Mêda' in blue ink.*

promoção da transparência, aspeto que considerava particularmente importante. Referiu ainda, a propósito desta matéria, que tinha tido curiosidade em consultar um relatório da Dyntra, organização internacional que avalia a transparência das instituições públicas. Explicou que essa entidade elaborou um ranking relativo à transparência e cidadania dos municípios portugueses, no qual o Município da Mêda ocupava a posição 191 entre os 308 municípios do país. Considerou que esse resultado demonstrava que existia ainda um caminho importante a percorrer nesta área, salientando, por isso, a importância de a questão estar a ser trabalhada. Acrescentou que estas matérias não deveriam ser encaradas apenas como uma obrigação administrativa ou legal, mas sim como ferramentas cada vez mais relevantes no processo de gestão autárquica.

Após análise do ponto o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo a votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, o relatório apresentado, determinando a sua submissão à Assembleia Municipal para conhecimento, bem como a respetiva publicitação e comunicação ao MENAC, nos termos legais aplicáveis.

### **Ponto 3 – Análises e aprovação da proposta das normas do 9.º Estágio de Verão 2026 – Orquestra de Sopros, Sinfónica e Coro;**

Neste momento o **Sr. Presidente César Figueiredo** apresentou o ponto.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, manifestou que, gostaria de deixar algumas considerações breves sobre essa matéria. Começou por afirmar que se revia naquilo que o Senhor Presidente tinha referido no início da reunião, salientando que nunca deixou de defender a ideia de que as pessoas passam pelas instituições, mas as instituições permanecem. Acrescentou que, quando determinadas atividades são encaradas como pertencendo às pessoas e não às instituições, acaba por existir uma tendência para que essas mesmas iniciativas não tenham continuidade nem prevaleçam no tempo. Nesse sentido, considerou muito positivo que a atividade em causa tivesse continuidade e que lhe estivesse a ser dada uma dinâmica cada vez maior, sobretudo pelo seu carácter diferenciador. Recordou que, quando surgiu, não existia nada semelhante na região e que, atualmente, embora alguns municípios estejam a procurar desenvolver iniciativas semelhantes, esta nossa atividade já se encontra num patamar diferente e integrada numa dinâmica própria. Acrescentou ainda que, tanto esta atividade como a capacidade de oferta do concelho ao nível do ensino da música e da área cultural, inclusivamente em parceria com as associações existentes, começavam a exigir que estas iniciativas passassem a ser encaradas numa perspetiva mais estratégica. Referiu que seria importante começar a criar melhores condições, evitando que todos os anos fosse necessário recorrer a soluções provisórias para acolher os alunos. Salientou ainda que, do ponto de vista logístico, esta atividade era bastante exigente para a Câmara Municipal, recordando que se tratava de um Município de pequena dimensão, o que aumentava naturalmente o grau de exigência na organização e apoio às iniciativas. Concluiu afirmando que, por essas razões, considerava que a iniciativa devia continuar e prevalecer.

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, as condições de participação e funcionamento da 5.ª Edição do Estágio de Verão 2022 – Orquestra de Sopros, Sinfónica e Coro, conforme documento anexo à proposta apresentada, assim como o encargo financeiro no montante estimado de 27.800,00 € (vinte e sete mil e oitocentos euros).

**Ponto 4 – Pedido de aprovação do parecer prévio vinculativo - Aquisição de serviços para o desempenho do conteúdo funcional próprio de um assistente operacional (limpeza urbana, manutenção de vias públicas, manutenção e conservação de edifícios municipais e apoio**



**operacional e logístico a eventos e atividades promovidas pelo Município), em regime de contrato de avença;**

*4/10/2026*

Neste momento o **Sr. Presidente César Figueiredo**, apresentou o ponto.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Anselmo Sousa**, referindo se ao ponto 4 e 5 manifestou aquilo que sempre achou, considerando tratar-se de uma necessidade, nada tendo a opor.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, relativamente às avenças do ponto 4 e 5, referiu já se ter pronunciado anteriormente sobre as mesmas, considerando que as contratações de serviços, através daquele mecanismo, tinham a facilidade de fazer face à urgência, manifestou entender que, por vezes, era necessário recorrer àqueles mecanismos para não ficarem à esquerda dos processos de contratação, que eram sempre demorosos. Atendendo à carência de assistentes operacionais no município, não se opôs.

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, o parecer prévio vinculativo da aquisição de serviços para o desempenho do conteúdo funcional próprio de um assistente operacional (limpeza urbana, manutenção de vias públicas, manutenção e conservação de edifícios municipais e apoio operacional e logístico a eventos e atividades promovidas pelo Município), em regime de contrato de avença;

**Ponto 5 - Pedido de aprovação do parecer prévio vinculativo - Aquisição de serviços para o desempenho do conteúdo funcional próprio de um assistente operacional, na área de serviços gerais de limpeza, em regime de contrato de avença;**

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, o parecer prévio vinculativo da aquisição de serviços para o desempenho do conteúdo funcional próprio de um assistente operacional, na área de serviços gerais de limpeza, em regime de contrato de avença;

**Ponto 6 - Análises e aprovação do Auto de medição n.º 2 - Casa da Cidadania – Reabilitação de Espaços de Desenvolvimento Municipal – Serviços Técnicos;**

Após análise do ponto, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, o auto de medição n.º 2, no valor de 34.961,63 €, correspondente à totalidade dos trabalhos executados até ao final do mês de fevereiro de 2026 e corresponde 4,61% do valor total dos trabalhos contratados.

**Ponto 7 - Alteração da licença de táxi nº 08, para licença de táxi de veículo isento de distintivo Proposta 44/2026;**

Neste momento, o **Sr. Presidente César Figueiredo**, explicou que, se encontrava em elaboração um plano de mobilidade urbana, bem como um estudo que deveria estar concluído até meados daquele ano, enquadrando a decisão em causa. Salientou que não haveria mais táxis, sendo que uma das licenças existentes seria autorizada a prestar aquele serviço com um veículo sem as cores habituais do táxi. Referiu ainda que, no âmbito do turismo, existia atualmente uma procura acrescida no território, pretendendo os utilizadores assegurar a sua mobilidade dentro e fora do concelho através daquele tipo de veículos. Referiu que uma das preocupações iniciais se prendia com a base legal para proceder àquela sinalização, esclarecendo que a própria Antral indicou que não deveriam ser atribuídas novas licenças que viessem competir com os taxistas existentes.



Referiu ainda que, no caso daquele operador, tem três licenças, uma delas passaria a ser utilizada naquela modalidade.

Usou da palavra **Sr. Vereador Anselmo Sousa**, referiu ter lido o parecer da Antral e afirmou que, conforme nele se indicava, entendia que o licenciamento deste tipo de viaturas deveria processar-se de acordo com a pressão da procura. Acrescentou que, no fundo, aquela procura acabava por descaracterizar um pouco o setor, referindo ainda a tarifa diferente de vinte por cento. Concluiu que tal situação, no essencial, acabava por penalizar o utilizador.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Montês**, explicou que, o processo em causa tinha sido analisado ao longo de algum tempo, nomeadamente devido à necessidade de solicitação de pareceres. Acrescentou que o regulamento não previa aquele tipo de situação, tratando-se de uma omissão, que não se estava perante uma nova emissão de licença, mas sim perante uma alteração de uma licença de táxi para uma licença de classe A, analisando-se os casos caso a caso. Referiu ainda que, tinha sido solicitado parecer jurídico, mantendo-se a preocupação de não descaracterizar o setor do táxi. Acrescentou que, em termos de valores, existia a preocupação de que o táxi continuasse a ser um serviço mais barato do que outras modalidades, normalmente mais orientadas para um serviço de motorista. Referiu que qualquer caso apresentado seria sempre analisado, entendendo que a concorrência era positiva, independentemente da sua origem. Acrescentou que o processo assentava sempre no princípio da equidade, defendendo que todos tinham direito a solicitar. Referiu ainda que, após análise da situação, foi votado favoravelmente que o requerente pudesse, sem alteração das licenças, exercer aquele tipo de atividade.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, referiu ter algumas questões, ao consultar o regulamento, teve alguma dificuldade em encontrá-lo, por se tratar de um regulamento bastante antigo, do tempo ainda do senhor Presidente Armando Carneiro, não estando disponível no site do município. Referiu ainda que, seria útil rever a forma como os regulamentos estavam apresentados no site, por existir alguma confusão, incluindo a permanência de consultas públicas antigas que dificultavam a pesquisa. Afirmou que, como foi referido pelo Vice-Presidente, o regulamento era omissivo quanto à questão das licenças de carros descaracterizados. Acrescentou que existia apenas um carro descaracterizado, com vários anos, anteriormente pertencente à antiga Viúva Carneiro, posteriormente pelo Senhor Abílio, não tinha nada a opor aos argumentos apresentados pelo Vice-Presidente, mas questionou qual seria o critério adotar, nomeadamente no caso de se outros proprietários de táxis requererem também aquele tipo de licença, porque, do ponto de vista de negócio, podem operar com outro tipo de tarifa. Manifestou que a gestão daquelas matérias competia ao município, devendo geri-las da melhor forma e de acordo com as necessidades do território. Considerou, contudo, que aquela questão deveria ser precedida de uma revisão do regulamento, de forma a acautelar situações futuras. Acrescentou que o regulamento previa o número de praças em cada localidade e outras matérias relacionadas, mas não contemplava o número de carros descaracterizados permitidos. Referiu que não votaria contra, mas também não votaria favoravelmente, optando pela abstenção com base nas questões anteriormente apresentadas.

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, referiu que lhes era dada a possibilidade de decidir e que tal não significava que todas as decisões futuras tivessem de ser favoráveis. Acrescentou que existia apenas um veículo com aquelas características no concelho, verificando-se atualmente uma procura crescente, sobretudo na área do turismo, por aquele tipo de serviço de mobilidade. Referiu ainda que se tratava de um operador detentor de três licenças, não havendo aumento do número das mesmas, mas apenas a substituição de uma licença por aquela



*48meido*

classe. Referiu ter em conta as considerações apresentadas e a necessidade de os serviços trabalharem num regulamento que esclarecesse futuras dúvidas. Propôs, por isso, a votação do ponto.

A Câmara Municipal deliberou por maioria, com duas abstenções do partido Socialista (PS), aprovar, a alteração da licença de táxi n.º 08, atribuída à sociedade Táxi, Jorge Rodrigues Rebelo, Unipessoal Lda., associada à viatura matrícula AF-39-BX, para licença de veículo isento de distintivo (Letra A), nos termos da legislação em vigor.

#### **Ponto 8 - Empreitada de Reparação / Requalificação da Escola do 2.º e 3.º Ciclos e Secundária de Mêda - Aprovação de Trabalhos Complementares;**

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, explicou que, do ponto de vista político, seria mais fácil não aceitar os trabalhos complementares e manter apenas o que constava da projeção inicial. Contudo, considerou tratar-se de uma intervenção muito importante para a escola, salientando que a situação evidenciava que o projeto não tinha sido o ideal aquando da sua submissão, assumindo que todo o processo decorreu em contrar-relógio, desde a sinalização até à aprovação e atualização do projeto. Referiu ainda que o projeto deveria ter sido preparado com maior antecedência, mas que apenas após a sinalização da possibilidade de apoio, no âmbito da Associação Nacional de Municípios, surgiu a necessidade de avançar com o mesmo. Acrescentou que, a entrada do projeto no PRR, foi transmitido que algumas situações não seriam consideradas para aprovação inicial, podendo vir a ser enquadradas como trabalhos complementares. Referiu que tal situação demonstrava que, apesar de o projeto global ascender a cerca de um milhão e oitocentos mil euros, apenas tinham sido aprovados cerca de um milhão e quinhentos mil euros, o que significava que uma parte do investimento apresentado não fora aprovada. Acrescentou que isso não significava que aquelas obras, caso tivessem integrado o projeto inicial, viessem necessariamente a ser aprovadas. Referiu ainda que, enquanto autarca, se viu confrontado com situações em que a casa de banho para deficientes existia apenas num pavilhão e não em todos, manifestou que, estavam em causa condições que afetavam o bem-estar de alunos e professores, defendendo que, com ou sem aprovação inicial do projeto, o investimento na educação devia ser uma prioridade, por representar um investimento no futuro do concelho e do país. Acrescentou que todo o investimento realizado nas escolas trazia sempre retorno, por contribuir para a preparação das futuras gerações. Reconhecendo a possibilidade de críticas relativamente à execução dos trabalhos complementares, afirmou pretender que, durante o mandato, fossem garantidas aos alunos as condições mínimas para uma boa formação académica. Nessa perspetiva, propôs a votação e aprovação dos trabalhos complementares, bem como possam ser remetidos ao Tribunal de Contas, salientando que já existia o visto prévio favorável, condição necessária para a aprovação daqueles trabalhos.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Anselmo Sousa**, referiu que, tendo em conta a necessidade daqueles trabalhos adicionais e alterações, via a situação com agrado, manifestando o seu apoio.

Usou da palavra a **Sra. Vereadora Carla Sequeira**, referiu que, era de todo relevante a posição assumida pelo executivo em prol do futuro das crianças e jovens que irão frequentar as escolas nos próximos anos. Acrescentou que os trabalhos complementares viriam melhorar e complementar o projeto inicial, proporcionando melhores condições para os alunos e para toda a comunidade escolar. Manifestou ainda o entendimento de que melhores condições poderiam contribuir para melhores resultados futuros, considerando positivo que a Câmara assumisse a realização daqueles trabalhos complementares, razão pela qual manifestou total concordância com a sua aprovação.



Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, referiu não discordar das intervenções anteriormente realizadas, salientando igualmente a importância de reconhecer o papel assumido por todos os autarcas na tomada de decisões difíceis. Manifestou que lhe permitisse fazer também um autoelogio, porque também tinha de o fazer ao seu lado. Acrescentou que, enquanto oposição, poderiam ter adotado uma posição mais crítica, mas optaram antes por procurar contribuir para a resolução do problema. Destacou ainda, a importância do financiamento do PRR anunciado no início da reunião e o facto de a mesma terminar com a análise de matérias relacionadas com a escola. Reconheceu que existiram erros na elaboração do projeto e que a conceção dos trabalhos poderia ter sido diferente, mas considerou que o mais importante era agora resolver os problemas identificados. Concluiu que, o investimento na escola era prioritário e manifestou o desejo de que existissem alunos para beneficiar das condições criadas, afirmando que aquela continuaria a ser a sua postura perante os problemas que surgissem ao longo do mandato. Recusou “cavalgar” de oposição apenas pelo simples facto de o serem, independentemente dos custos políticos para o partido que representa, salientando que o critério será sempre pelo bem da Mêda e do concelho.

Neste momento o **Sr. Presidente César Figueiredo**, colocou o ponto à votação. A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar, a execução dos trabalhos complementares da empreitada de Reparação / Requalificação da Escola do 2.º e 3.º Ciclos e Secundária de Mêda, no montante de 744.426,01 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação. -----

**Encerramento** - Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião pelas dezassete horas. Para que todos os assuntos abordados constassem, lavrou-se a presente Ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que compreende onze páginas, que vão ser rubricadas e assinadas pelo Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Câmara Municipal de Mêda



(Eng. António César Valente Figueiredo)

A Secretária



(Leticia Lopes Almeida)

